

## Indymedia em Portugal e o modelo de publicação aberta numa perspectiva táctica

Miguel Afonso Caetano

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

miguel.a.caetano@gmail.com

“Toda a gente é testemunha. Toda a gente é jornalista. Toda a gente edita.”

- (Arminson, 2002)

Baseando-se em simultâneo na tradição do jornalismo alternativo e no movimento dos media tácticos de produção activista *Do-It-Yourself* (DIY)<sup>1</sup> surgido no final do século passado, a Indymedia<sup>2</sup> consiste numa rede informativa independente organizada de modo global, nacional e local a partir de Internet. Surgida em Seattle nas vésperas das manifestações contra a reunião da Organização Mundial de Comércio, em Novembro de 1999, assumiu-se rapidamente como o principal veículo de difusão de informação sobre os movimentos por uma globalização alternativa. Adoptando o lema “Não odeies os media! Sê os media”<sup>3</sup>, esta rede caracteriza-se por uma estrutura não-hierárquica, dado que as decisões nos colectivos locais e a nível internacional são tomadas em consenso, segundo um modelo de democracia participativa, e por um modelo de sustentabilidade baseado em doações e no trabalho voluntário, dispondo de um orçamento muito limitado.

Actualmente, esta rede possui cerca de 150 núcleos espalhados por quatro continentes, denominados Centros de Media Independente (CMIs), e publica em mais de 20 línguas, incluindo o português<sup>4</sup>, contando com cerca de cinco mil jornalistas-editores voluntários. Logo no primeiro mês de vida, graças à extensa cobertura dos protestos contra a OMC, o site de Seattle<sup>5</sup> atingiu uma média de 1,5 milhões de acessos. Durante a semana dos confrontos em Génova, no decorrer da reunião do G8 em Julho de 2001, as páginas dos sites da rede informativa chegaram aos cinco milhões de visualizações. Segundo uma estimativa da Indymedia, as suas páginas são visualizadas 500 mil a dois milhões de vezes por dia (Indymedia, 2005).

---

<sup>1</sup> Em português, Faça Você Mesmo. Termo ligado a uma estética *Punk* activista e amadora.

<sup>2</sup> Site disponível em <http://www.indymedia.org>.

<sup>3</sup> A frase “*Don't hate the media, be the media*” é da autoria de Jello Biafra, ex-vocalista da banda Dead Kennedys.

<sup>4</sup> Para além do Centro de Media Independente de Portugal (<http://pt.indymedia.org>), existe também o Indymedia Brasil (<http://www.midiaindependente.org/>) que integra 11 CMIs locais.

<sup>5</sup> Site disponível em <http://seattle.indymedia.org>.

Cada centro está representado na Web com um site multimédia que no seu conjunto fornecem uma fonte importante de contra-informação em relação às lutas dos movimentos activistas contra a globalização conduzida pelas empresas transnacionais, bem como de notícias de campanhas locais, nacionais e internacionais a favor da paz e da justiça social. Apesar do carácter global da rede informativa, cada site da Indymedia publica informação relativa à sua comunidade ou país, como é o caso do CMI-Portugal.

O grande contributo da informação publicada pela Indymedia advém do próprio público, através de um sistema de publicação aberta que promove a produção e recepção mediática participativa (Kidd, 2003 e 2003a; Meikle, 2003). As pessoas são encorajadas a publicarem os seus artigos, análises e informação para os sites da rede a partir de qualquer computador ligado à Internet.

O aparecimento da Indymedia foi o resultado de uma conjuntura histórica em que um movimento social global em emergência e dois grupos de trabalhadores qualificados cooperaram entre si utilizando novas tecnologias digitais. Um desses grupos foi o dos técnicos informáticos e outros *hackers*<sup>6</sup> oriundos de todo o mundo, que foram responsáveis pelo ambiente digital composto por *software* livre e código-fonte aberto. Esta partilha do código de base entre todos os centros desencadeou também, em parte, o rápido crescimento da rede CMI (Kidd, 2003). Segundo Matthew Arnison, o CMI adopta a mesma abordagem em relação à liberdade dos media que o movimento pelo *software* livre aplica aos programas informáticos (Arnison, 2001). Os conteúdos informativos são também publicados segundo licenças abertas de direitos de autor que permitem a sua livre distribuição e modificação<sup>7</sup>. Para além de partilharem o código que serve de base aos sites, os centros tiram também partido dos mesmos servidores. Outro nível em que a cooperação se nota é em relação ao aproveitamento das notícias produzidas pela rede, dado que é frequente os textos serem traduzidos para duas ou mais línguas<sup>8</sup>.

Outro factor que contribuiu decisivamente para a expansão da rede de CMIs foi a colaboração entre activistas dos media ou mediactivistas e artistas, novos e velhos, vindos de rádios e televisões comunitárias, colectivos independentes de produção de vídeos, *zines*<sup>9</sup> – e da imprensa alternativa. Como explica Dorothy Kidd, “vários centros combinam os novos media com formatos mais antigos

---

<sup>6</sup> Empregamos aqui o termo numa acepção que abrange qualquer pessoa que cria ou modifica *software* e *hardware* informático.

<sup>7</sup> É o caso, por exemplo, das licenças Creative Commons ([www.creativecommons.org](http://www.creativecommons.org)).

<sup>8</sup> Note-se, porém que a grande maioria dos centros continua a localizar-se na Europa e América do Norte, em comparação com uma fraca presença dos centros existentes nos continentes africano (5) e asiático (11), como se pode verificar na barra lateral esquerda do site global da Indymedia.

<sup>9</sup> Pequenas publicações produzidas por amadores, frequentemente sem periodicidade regular.

como a imprensa, rádio, televisão e vídeo, actualmente ainda os media dominantes junto de muitas classes trabalhadores e comunidades mais pobres, quer no norte, quer no sul” (Kidd, 2003).

A partir da criação do centro em Seattle durante as manifestações contra a OMC, a rede CMI cresceu muito rapidamente. Desde o início de 2000 até Outono de 2003, o ritmo de criação de novos centros foi em média de um em cada 11 dias (Beckerman, 2003). A rápida admissão de novos grupos-membros acarretou, contudo, alguns problemas: vários sites, em especial os CMIs de Israel e da Palestina, foram sistematicamente alvo de ataques de *hacking* e a rede está cheia de comentários racistas, de extrema-direita e carregados de ódio ou artigos contendo propaganda comercial ou partidária. Dorothy Kidd considera que, apesar do processo rápido de publicação de conteúdos ter permitido a difusão de uma quantidade enorme de material, a sua qualidade é muito desigual. (Kidd, 2003): muitos dos artigos são escritos por e para activistas, revelando pouco cuidado na apresentação de informação antecedente e de um contexto para a história em questão. Os artigos e comentários não contêm informação que possa identificar o autor como endereço de *email* e IP, podendo este, se quiser, empregar um pseudónimo. Do mesmo modo, os editoriais elaborados por cada colectivo de voluntários não são assinados.

Embora a rede CMI tenha mantido em grande parte a sua estratégia de abertura, foram introduzidas algumas alterações à arquitectura de publicação aberta de forma a dar resposta a esses problemas e a promover a diversidade e unidade global. Em Abril de 2002, a coluna central da página inicial do site global passou a ser ocupada por uma selecção dos editoriais publicados pelos grupos de voluntários locais, em lugar do serviço permanente de publicação aberta que passou para uma coluna de menor destaque, na barra lateral direita. Muitos CMIs nacionais, como o português adoptaram a mesma medida (Meikle, 2003).

Por outro lado, a maior parte dos centros são mais monitorizados, sendo por vezes atribuído aos artigos uma classificação pelos utilizadores ou membros do colectivo. O grupo de trabalho responsável pela coluna central dos editoriais elimina mensagens em duplicado e com conteúdo comercial, enviando as que possuem conteúdo potencialmente desagradável para uma secção de ‘artigos escondidos’.

Apesar desta tendência em direcção à selecção ou, pelo menos, classificação dos conteúdos, o novo destaque concedido às notícias locais poderá significar um maior envolvimento por parte do público, actuando potencialmente como editores: os membros da audiência poderão, por exemplo, verificar factos e acrescentar fontes, corrigir a ortografia, gramática e formatação, escolher um

tópico dentro do qual cada estória pode ser arquivada ou traduzi-la para outra língua. A este processo, Matthew Arnison dá o nome de edição aberta automatizada (Arnison, 2002).

Mas estas possibilidades emancipadoras podem vir, entretanto, a ser comprometidas, sobretudo se tivermos em conta as acções de repressão e controlo que as forças de segurança norte-americanas e europeias têm vindo a efectuar contra a Indymedia em nome da “guerra ao terrorismo”. A apreensão de servidores da Indymedia no Reino Unido pelo FBI com o apoio das autoridades britânicas a 7 de Outubro de 2004 em cumprimento de uma ordem emitida por um tribunal dos Estados Unidos<sup>10</sup> foi um dos casos mais flagrantes, na medida em que revelou bem o carácter de cooperação transnacional entre as autoridades no combate às actividades que consideram subversivas. Como resultado desta apreensão, 20 sites da Indymedia em 17 países ficaram temporariamente indisponíveis, incluindo os de Portugal e Brasil (Leyden, 2004).

### **A influência do movimento dos media tácticos**

Tal como outros media alternativos de décadas anteriores, como as rádios e televisões livres e comunitárias, a rede CMI rejeita o modelo dos media comerciais, em que a informação é mercantilizada e comercializada a audiências passivas através dos canais dos media corporativos<sup>11</sup>. No entanto, em contraste com a lógica alternativa tradicional de oposição à hegemonia dos media, a abordagem da Indymedia consiste em rejeitar as ideologias partidárias e em colocar os media ao serviço da mobilização, assemelhando-se assim à acção directa nas ruas (Cardon e Granjon, 2003; Kidd, 2003).

A rejeição dos dogmas ideológicos e a opção por um activismo DIY são alguns dos traços presentes nesta rede informativa que permitem estabelecer uma relação entre a Indymedia com o movimento dos media tácticos na Europa e América do Norte no final dos anos 90. Alguns autores (Lovink, 2002; Lovink e Schneider, 2002; Meikle, 2002)<sup>12</sup> chegam mesmo a considerá-la como um exemplo deste tipo de produção mediática que resulta da confluência entre tecnologia, arte e política,

---

<sup>10</sup> A ordem judicial foi obtida a pedido dos governos italiano e suíço, nos termos do Tratado de Assistência Legal Mútua, um acordo bilateral entre os Estados Unidos e o Reino Unido que permite a cooperação policial internacional em casos de "terrorismo internacional, sequestro e lavagem de dinheiro".

<sup>11</sup> Sobre media alternativos, ver Chris Atton (2002), *Alternative Media*, Londres, Sage Publications e também John Downing, Ali Mohammadi e Annabelle Sreberny-Mohammadi (eds.), *Questioning the Media: A Critical Introduction*, segunda edição, Thousand Oaks, Califórnia, Sage, págs. 238-252.

<sup>12</sup> A posição que Meikle adopta é, porém, um pouco ambígua, tendo o cuidado de distinguir entre os “muitos centros de media independente que são estabelecidos como projectos estratégicos a longo prazo” e outros que “surgem sob a forma de sites tácticos de curta duração” (2002: 121).

juntamente com o *culture jamming*<sup>13</sup> dos Adbusters<sup>14</sup>, alguns colectivos de *net.art* e *performance* como o RTMark<sup>15</sup> e o 0100101110101101.org<sup>16</sup>, e as acções de desobediência civil electrónica<sup>17</sup> dos Electronic Disturbance Theater<sup>18</sup>. O movimento dos media tácticos teve origem no festival Next Five Minutes (N5M), que se realiza desde 1993 de três em três anos em Amesterdão. Referindo-se à influência do festival N5M na Indymedia, DeeDee Halleck escreve que esta série de eventos abriu uma janela para as possibilidades de mega-eventos colaborativos e participativos como a rede informativa independente (Halleck, 2002). David Garcia e Geert Lovink, os organizadores do N5M, definiram pela primeira vez o conceito de media tácticos no manifesto “The ABC of Tactical Media”:

“Os media tácticos são o que acontece quando meios de comunicação baratos do tipo DIY, tornados possíveis pela revolução na electrónica de consumo e por formas alargadas de distribuição (desde o cabo de acesso público à Internet), são utilizados por indivíduos e grupos que se sentem oprimidos ou excluídos de uma cultura mais vasta.”

- (Garcia e Lovink, 1997)

Na medida em que são, na sua essência, “media de crise, crítica e oposição” (*idem*), dependem sempre de um inimigo concreto e explícito. A teoria dos media tácticos de Garcia e Lovink baseia-se na distinção entre “tácticas” e “estratégias” que Certeau aplica à relação entre o consumidor e a produção das indústrias culturais (Certeau, 1990 [1980]). Ao conjunto de artimanhas e de astúcias que o utilizador rebelde emprega para subverter de forma subreptícia e fragmentária o discurso dominante, o autor francês atribui a designação de tácticas, opondo a este conceito o de estratégia, que corresponde aos modos de agir do poder económico, político e científico através de relações de força relativas a um lugar que pode ser circunscrito a um próprio. O princípio de táctica contrapõe-se ao de estratégia no sentido de, em vez de se efectuar um confronto directo com o rival, se valorizar modos de actuação que minam as suas forças e efeitos devastadores.

De acordo com o Critical Art Ensemble (CAE) o produtor deste tipo de media assume-se como um híbrido, desempenhando em simultâneo o papel de artista, activista, teórico e técnico (CAE, 2001: 6). Na perspectiva deste colectivo de artistas e teóricos, grande parte dos projectos que podem ser inscritos como media tácticos partilham quatro princípios básicos (*idem*: 8-11)<sup>19</sup>:

<sup>13</sup> Conjunto de técnicas de intervenção e de sabotagem cultural que alteram e subvertem os símbolos comerciais impostos pelo *marketing* das grandes empresas através da publicidade, virando estes códigos contra os seus criadores.

<sup>14</sup> Site disponível em <http://www.adbusters.org>.

<sup>15</sup> Site disponível em <http://www.rtmark.com>.

<sup>16</sup> Site disponível em <http://www.0100101110101101.org>.

<sup>17</sup> Ocupações virtuais que têm geralmente como alvo, os servidores Web de instituições supranacionais políticas e económicas e Estados. Caracterizam-se por exigirem a participação em massa, ou seja, de um elevado número de pessoas, de modo a assemelharem-se o mais possível com os tradicionais protestos populares de rua.

<sup>18</sup> Site disponível em <http://www.thing.net/%7erdom/e.cd/e.cd.html>.

<sup>19</sup> Não obstante esta tentativa de definição, o CAE ressalta, contudo, que “o conjunto de traços a partir do qual emerge

- Intervencionismo digital – não na medida em que são fruto de tecnologias digitais, mas no sentido em que consistem na cópia, recombinação e re-presentação de informação.
- Recurso a qualquer *medium* necessário para responder às necessidades de uma situação.
- Valorização da prática amadora.
- Efemerabilidade – tratam-se de intervenções temporárias que deixam poucos registos materiais.

### **O CMI-Portugal: um pequeno estudo de caso**

Partindo da teoria dos media tácticos de Garcia e Lovink (1997) e do CAE (2001), que realça a mobilidade, flexibilidade e hibridismo deste tipo de utilização subversiva e/ou criativa das tecnologias de informação pelos que são normalmente excluídos do acesso a estas face à consolidação a longo prazo presente nos media alternativos tradicionais<sup>20</sup>, realizámos um pequeno estudo de caso baseado na experiência do CMI-Portugal.

Com este estudo, tentámos averiguar de que forma é que o grupo de trabalho deste colectivo efectua a selecção de artigos escondidos e quais os efeitos que essas decisões têm no interior do grupo e nos utilizadores. Outro objectivo consistiu em evidenciar o modo como a política editorial do colectivo é posta em prática, como decorre o processo de tomada de decisões e qual a reacção dos leitores/autores

Decidimos então elaborar um questionário enviado por *email* aos voluntários do CMI-Portugal através da lista geral de correio electrónico deste colectivo<sup>21</sup>. A recolha dos dados ocorreu entre a segunda quinzena de Novembro e a primeira quinzena de Dezembro de 2005. Recebemos respostas de quatro dos seis voluntários activos na altura. Para além do questionário, este estudo foi complementado com alguns dados obtidos a partir de uma análise das mensagens trocadas na lista entre 13 de Julho e 31 de Dezembro de 2005<sup>22</sup>, embora não se apoie em grande parte nesta

---

uma prática de media tácticos está sujeito a mudar dependendo de a quem é perguntado quais são essas características”. Isto porque os princípios deste modelo são “gerais, reconfiguráveis, permeáveis, estando sujeitos a frequentes formações e deformações dependendo sempre da sua aplicação e contexto.

<sup>20</sup> De notar, no entanto, que Garcia e Lovink não contrapõem os dois modelos de produção mediática entre si. Na verdade, salientam: “Apesar dos media tácticos incluírem os media alternativos, não estamos restringidos a essa categoria. De facto, introduzimos o termo táctica para questionar e ir além das dicotomias rígidas que têm limitado desde há muito o pensamento nesta área” (Garcia e Lovink, 1997).

<sup>21</sup> Para além desta lista geral ([imc-portugal@lists.indymedia.org](mailto:imc-portugal@lists.indymedia.org)), existe uma segunda lista dedicada à discussão e aprovação de propostas de editoriais designada IMC-Features-Portugal ([imc-portugal-features@lists.indymedia.org](mailto:imc-portugal-features@lists.indymedia.org)).

<sup>22</sup> Durante esse período, o número de mensagens enviadas para a lista foi de 587, o que dá uma média de pouco mais do que três mensagens (3,4) de tráfego diário, se bem que em alguns momentos mais conturbados esse número tenha

componente. Isto porque, embora a lista de discussão seja pública<sup>23</sup>, tentámos proteger tanto quanto nos fosse possível a privacidade e o anonimato dos voluntários.

Tendo em conta os recentes acontecimentos de repressão judicial no Reino Unido que chegaram a afectar indirectamente o CMI-Portugal - colocando-o *offline* e provocando a perda de alguns conteúdos - a que se juntam os boatos insistentes de vigilância das forças de segurança e os ataques verbais de grupos de extrema-direita que circulam nos artigos e comentários da zona de publicação aberta do site, os elementos deste colectivo, tal como outros CMIs, demonstram alguma preocupação em abordar publicamente assuntos relacionados com a sua actividade.

Outro aspecto a assinalar é que o número de elementos activos era na altura da recolha de dados extremamente reduzido e tem variado muito ao longo da sua existência, com a entrada e saída de vários elementos. Um exemplo disso é que, com a recente expulsão de um elemento durante o período de recolha das respostas ao questionário, o número de voluntários baixou de seis para cinco. Esta foi a primeira vez que ocorreu uma expulsão no interior do colectivo por decisão de todos os restantes voluntários, devendo-se a dificuldades de integração desse elemento no grupo, mas anteriormente já tinham ocorrido "episódios de conflitos entre pessoas que resultaram na saída voluntária de activistas", conforme nos confidenciou um dos inquiridos. Somando ainda as situações em que os elementos se afastaram do colectivo devido à impossibilidade de conciliar a actividade profissional ou académica com o trabalho de voluntariado, ao todo passaram pelo CMI-Portugal cerca de 15 a 20 pessoas. Contudo, o número actual de assinantes da lista geral é superior a 20.

A maior parte da interacção entre os membros do colectivo é travada *online*. Para além das listas, são também organizadas reuniões semanais por IRC<sup>24</sup>. Mais esporadicamente também são realizadas reuniões presenciais. Durante o período em análise realizaram-se duas reuniões.

O CMI-Portugal teve origem no site anarquista *azine.org*, com sede no Porto e criado em Julho de 2000 "com a pretensão de se tornar num centro independente de informações", como se refere na declaração de intenções do colectivo (CMI-PT, 2004). No final de 2003, devido à fraca participação dos leitores e ao escasso número de voluntários, o colectivo decidiu interromper as suas actividades.

---

sido superior a 20.

<sup>23</sup> Apesar do seu funcionamento ser fortemente moderado. Qualquer pessoa pode enviar uma mensagem para [imc-portugal@lists.indymedia.org](mailto:imc-portugal@lists.indymedia.org) mas esta só será remetida para as caixas de correio dos assinantes se um dos voluntários a aprovar.

<sup>24</sup> Iniciais de *Internet Relay Chat*, isto é, um tipo de *software* que permite estabelecer conversas escritas em tempo real via Internet entre várias pessoas numa mesma sala virtual.

Em resposta, o CMI-Galiza<sup>25</sup>, que na altura também se encontrava num período de fraca actividade, iniciou contactos com o centro português de forma a estabelecer uma colaboração entre ambos, tendo sido criado o CMI-Portugaliza. Porém, a colaboração com o CMI-Galiza não chegou a bom termo devido a dificuldades internas deste centro.

Tal como outros sites da rede Indymedia, o CMI-Portugal tem por missão disponibilizar um *medium* directo baseado na publicação aberta e que ofereça uma "informação completa, honesta e exacta, evitando, dentro do possível a simples propaganda" (*ibidem*). Seguindo os princípios dos outros CMIs, acredita na possibilidade de conciliar a verdade com a luta política apaixonada pois considera que "só vê longe e de forma profunda quem permite que a paixão sirva de alicerce ao seu olhar" (*ibidem*). Nas suas práticas de edição e publicação, os voluntários recuperam alguns dos valores que caracterizam o jornalismo dos media comerciais e rejeitam outros, como a objectividade e a imparcialidade: "Ao contrário deles (...), nós fazemos saber que somos subjectiv@s" (CMI-PT, 2004a). Esta distância face ao jornalismo profissional fica patente nas palavras de um voluntário, para quem "os meios de comunicação convencionais não garantem a divulgação da informação essencial ao conhecimento da realidade social, política e económica".

As actividades e decisões do colectivo revelam também uma desconfiança face ao sistema partidário tradicional, tal como na rede Indymedia em geral. A independência do CMI-Portugal em relação a partidos e a ONGs é proclamada no documento que estabelece a sua política editorial (CMI-PT, 2004a: § 2.7). Este é mesmo um dos requisitos de filiação na Indymedia. Em consequência, apesar dos voluntários poderem ser em simultâneo militantes de organizações políticas, estão impedidos de actuarem como seus representantes, exprimindo opiniões favoráveis a seu respeito ou promovendo as suas acções.

### **Produção editorial do CMI-Portugal**

O site do centro português encontra-se dividido em três secções, à semelhança do formato adoptado na maior parte dos sites Indymedia: uma coluna central onde são publicados os editoriais em nome do colectivo, uma segunda localizada à direita onde surgem os títulos dos artigos colocados *online* em sistema de publicação aberta e outra posicionada à esquerda que se destina aos eventos colocados em agenda pelos voluntários e que estes consideram interessantes<sup>26</sup>: exibição de documentários activistas, festas e manifestações não-violentas ou marchas de velocípedes em

---

<sup>25</sup> Site disponível em <http://galiza.indymedia.org>.

<sup>26</sup> Tal como os editoriais, os eventos a integrar na agenda são apresentados, debatidos e aprovados na lista IMC-Portugal-Features.

espaços públicos urbanos ("Bicicletadas"). Através dessa terceira barra pode-se ainda aceder aos comentários mais recentes efectuados pelos leitores a todos os artigos, incluindo editoriais, e a *dossiers* que reúnem notícias do arquivo e *links* relacionados com temas especiais, como a Constituição Europeia, o Fórum Social Europeu de 2004, alterações climáticas e o desastre ecológico do Prestige na Galiza. Ao contrário do que acontece no site geral da Indymedia e nos de outros centros, a lista de ligações para todos os CMI's está posicionada ao fundo e não à esquerda.

Os editoriais são acompanhados por uma imagem e visam destacar assuntos e acontecimentos específicos, sendo por vezes seleccionados a partir dos vários artigos contribuídos pelos utilizadores<sup>27</sup>. A actividade editorial do CMI-Portugal tem sido bastante elevada, a avaliar pelos dados patentes no Quadro 1 na página 17 que indicam o número de todos os editoriais publicados no site entre Setembro de 2003 - quando se deu o reinício e a passagem completa da designação e do domínio Azine.org para [portugal.indymedia.pt](http://portugal.indymedia.pt) - e Dezembro de 2005. Neste período, foram editados 572 textos pelo colectivo, o que corresponde a uma média de cerca de 20 editoriais por mês<sup>28</sup>.

De forma a verificar o nível de produção própria de editoriais publicados pelo CMI-Portugal, efectuámos uma classificação em duas categorias: uma de cariz internacional ou externo e outra de âmbito nacional ou interno, em que se optou por integrar não só os editoriais que se referissem à sociedade portuguesa e a acontecimentos ocorridos ou para acontecer em Portugal, mas também aqueles que tivessem a ver com interesses nacionais, cuja fonte tivesse origem em território português ou que fossem relativos à cultura lusófona. Com base nestes critérios de selecção, podemos ver no mesmo Quadro 1 que dos 572 editoriais publicados por aquele colectivo entre Setembro de 2003 e Dezembro de 2005, 229 foram classificados como informação nacional, contra 343 editoriais referentes ao contexto internacional ou global. Em termos percentuais, esses números correspondem a 40 por cento de conteúdos com origem nacional face a 60 por cento de conteúdos cuja origem é exclusivamente internacional.

Tal como no jornalismo profissional e segundo a licença Creative Commons adoptada no site, no caso de a notícia ser de origem externa os voluntários costumam citar a fonte original e fazer uma

---

<sup>27</sup> O colectivo disponibiliza um *feed* de RSS dos editoriais que publica. Assim, quem quiser receber os títulos dos textos recentemente publicados num agregador de conteúdos pode fazê-lo inserindo o endereço <http://pt.indymedia.org/parceiros/noticias.rdf>.

<sup>28</sup> Não existe nenhum editorial com a data de Setembro de 2004 porque o último *backup* - cópia de segurança - do servidor onde o CMI-Portugal estava então alojado e que foi apreendido pelo FBI tinha sido efectuado apenas no final de Agosto desse ano. Posteriormente, o colectivo conseguiu recuperar grande parte desses conteúdos que se julgava irremediavelmente perdidos. É por essa razão que o mês de Outubro apresenta o maior número de editoriais publicados, isto é, 38.

ligação para ela. A não identificação dos elementos que propuseram e contribuíram para a concepção de cada editorial é justificada com o facto de que "todos participam na sua concepção", de acordo com uma voluntária. Outro membro do grupo acrescenta: "Parece-me bem que seja todo o colectivo a dar a cara, por inúmeras razões... segurança, independência, egos reduzidos."

### **O sistema de publicação aberta e a filtragem de conteúdos**

Os editoriais não se encontram divididos por secções, ao contrário dos artigos publicados pelos visitantes através do sistema de publicação aberta. Através de um botão facilmente acessível que se encontra no cimo da coluna à direita tem-se acesso a uma página onde qualquer um pode publicar conteúdos audiovisuais como imagens, vídeos ou gravações áudio. Contudo, a grande maioria dos artigos apresenta-se sob a forma de texto escrito, surgindo por vezes algumas imagens. O autor pode atribuir até dois temas por artigo para efeitos de categorização por secção. Existem 16 temas à disposição:

- Autodeterminações
- Cultura / Contra-cultura
- Ecologia / Ambiente
- Economia
- Globalização / Anti-globalização
- Guerra / Anti-militarismo
- Homossexualidade / Outras sexualidades
- Justiça / Prisões
- Migrações
- Minorias discriminadas
- Mulher
- Política
- Racismo
- Repressão
- Saúde
- Trabalho / Lutas Laborais

A possibilidade de participação livre e aberta com a protecção do anonimato quase total num espaço virtual de partilha de informação e ideias sobre activismo libertário resulta por vezes num discurso mais inflamado e agressivo que pode redundar em ataques e acusações pessoais, sectarismo

partidário ou ideológico, racismo, sexismo ou homofobia. Outro problema gerado pela liberdade de expressão é a utilização do sistema de publicação aberta para fins de propaganda partidária e religiosa e *marketing* comercial.

Uma das principais tarefas dos voluntários consiste, precisamente, em "esconder" as mensagens que violam a política editorial do colectivo e que podem ser consideradas como lixo electrónico ou *spam*. Aliás, grande parte das mensagens enviadas para a lista de discussão do CMI-Portugal referem-se a avisos sobre artigos que um dos elementos do colectivo escondeu ou, quando tem dúvidas, que acha que devem ser escondidos de forma a que o resto do grupo possa analisar e aprovar. Maior parte das decisões são pacíficas, mas em alguns casos mais controversos é mesmo impossível chegar ao consenso desejado, valendo nessas situações a lei da maioria.

Para além das discussões à volta da expulsão de um elemento, algumas das questões mais polémicas debatidas na lista no período em análise foram, por exemplo, as acusações de "censura" que os utilizadores faziam ao próprio colectivo quando descobriam que as suas notícias foram escondidas da página principal ou de outras secções, a utilização do sistema de publicação aberta para promoção de *blogs* e se esse tipo de artigos devia ser considerado *marketing* comercial, assim como a convocação por grupos de activistas de esquerda de contra-manifestações de protesto a manifestações de partidos e movimentos de extrema-direita. As mensagens escondidas podem ser classificadas como:

- *Marketing* comercial
- Mensagem repetida
- Mensagens vazias
- Proselitismo e *marketing* religioso
- Proselitismo e *marketing* partidário
- Mensagens de carácter pessoal
- Mensagens com ataques
- Violações de privacidade
- Mensagens incriminatórias
- Contribuições administrativas
- Pornografia Ofensiva

Apenas algumas dessas mensagens ficam disponíveis para consulta. A partir do canto inferior direito da página de entrada, tem-se acesso a essas secções, com indicação do número de artigos que

contêm:

- Proselitismo e *marketing* religioso (17)
- Proselitismo e *marketing* partidário (138)
- Mensagens de carácter pessoal (18)
- Contribuições administrativas (39)
- *Marketing* comercial (30)

O grande número de mensagens de propaganda política - segundo dados registados a 31 de Dezembro de 2005<sup>29</sup> - deve-se sobretudo a convocações para manifestações de movimentos e partidos de extrema-direita, a comunicados de organizações maçónicas e, mais recentemente, a apelos ao voto nos candidatos autárquicos e presidenciais. Outros dos maiores contribuintes de lixo electrónico são os apoiantes de ideologias anti-semitas e sionistas.

Face à controvérsia gerada entre os utilizadores pela interpretação que é dada aos diferentes tipos de mensagens que, segundo a política editorial, devem ser escondidos, alguns destes sugerem que cada *item* que pode ser motivo de remoção seja melhor explicitado. Outros falam na existência de uma "cúpula" que pretende capturar o Indymedia. Quando questionada sobre se a prática de esconder artigos corresponde a uma forma de censura, uma voluntária respondeu que "de certo modo, sim", embora seja "absolutamente necessário para manter um mínimo de qualidade e coerência". Acrescenta que "são mensagens que, na medida em que vão declaradamente contra a política editorial, "fogem ao propósito do CMI-Portugal". Outro elemento acha que não se trata necessariamente de censura: "Escondemos notícias porque não queremos ser responsáveis por mensagens de ódio, boatos e rumores, ou porque sentimos necessidade de demonstrar que não somos cordões umbilicais de partidos políticos". Um terceiro afirmou: "Não tenho qualquer problema em censurar *spammers*<sup>30</sup> ou pura propaganda".

## **Indyzine**

Paralelamente à actividade *online*, o CMI-Portugal elaborou ainda a Indyzine, uma publicação impressa de tiragem reduzida e periodicidade mensal distribuída em festas e outros eventos activistas. Esta publicação consiste numa selecção dos editoriais publicados *online* em cada mês mediante a apresentação de propostas para a lista IMC-Features-Portugal que são sujeitas a votação.

---

<sup>29</sup> Convém notar que o arquivo das mensagens escondidas só vai até Outubro de 2004, quando o servidor de alojamento foi apreendido.

<sup>30</sup> Autores de mensagens que constituem lixo electrónico ou *spam*.

"Os artigos mais votados ficam, desde que ninguém se oponha à sua publicação, como já aconteceu. Respeita-se sempre o consenso; se não há, não passa", explicou uma voluntária. A Indyzine é também disponibilizada em formato digital (PDF) a partir do site. Contudo, em Dezembro de 2005, este projecto encontrava-se parado devido à falta de voluntários. Até então tinham sido publicados 12 números, sendo que o último datava de Setembro desse ano. Outra iniciativa concebida em suporte impresso foi a adaptação para português de um livro<sup>31</sup>. A escassez de voluntários tem ainda dificultado a concretização de uma secção multimédia com áudio e vídeo.

## Táticas Vs Estratégias

Ao longo de mais de quatro anos de existência o CMI tem sobrevivido aos conflitos internos e à saída constante de elementos, realizando um trabalho de redacção e edição jornalística que concilia a busca pela veracidade, o rigor e a exactidão herdados do jornalismo profissional com a paixão e a subjectividade dos movimentos activistas. Mas se considerarmos, tal como afirma um dos voluntários, que "o colectivo só poderá constituir-se como uma alternativa informativa se existirem mais pessoas dispostas a participar na sua administração", temos que concluir que a subsistência a médio e longo prazo do CMI-Portugal não está de todo garantida. Neste sentido, se atentarmos à distinção feita por Graham Meikle (2002: 121), pode-se concluir que apesar de ter como objectivo tornar-se um *medium* alternativo e estratégico - a longo prazo -, o CMI-Portugal assume actualmente por necessidade um cariz tático: provisório e efémero<sup>32</sup>. Por outro lado, é também ainda tático na medida em que valoriza a prática amadora. Para além de nenhum dos inquiridos ter respondido que tinha experiência anterior em jornalismo, apenas uma voluntária afirmou possuir alguns conhecimentos em *Web design*. Do mesmo modo, o CMI-Portugal emprega qualquer suporte que seja mais acessível ou esteja mais disponível em cada situação - quer seja a Internet (Web, *email*, IRC), quer sejam as publicações impressas -, e apesar de rejeitar a imparcialidade, também recusa os velhos dogmas ideológicos. As identidades e as subjectividades são permanentemente salientadas no seio do grupo<sup>33</sup>.

Mas, por outro lado, podem também ser identificados no CMI-Portugal certos traços dos media alternativos e movimentos activistas anteriores. Como pudemos verificar, a política de moderação

<sup>31</sup> Intitulado *Argentina, crise e revolta* do catalão Carlus Jové, o livro faz a crónica dos eventos que ocorreram naquele país da América Latina em 2001.

<sup>32</sup> Não só devido à sua reduzida dimensão, mas também devido aos riscos de segurança por parte das forças de autoridade que o site, como ficou bem patente na perda de alguns conteúdos do arquivo devido à apreensão do servidor onde estava alojado. Os próprios elementos também não estão imunes a serem perseguidos, se levarmos em conta os processos instaurados em centros estrangeiros.

<sup>33</sup> Durante a leitura das mensagens trocadas através da lista geral constatámos que os elementos se tratavam entre si recorrendo a substantivos no plural onde a referência ao género masculino era substituído por uma arroba ou pelo feminino: por exemplo, "tod@s" ou "todas" em vez de "todos".

existente gera uma dissonância entre o discurso e as práticas do colectivo: Com efeito, se "a Indymedia é aquilo que fizemos dela", como costumam dizer os voluntários do colectivo, a centralização das tarefas de edição num grupo restrito de pessoas, mesmo que voluntárias e actuando sempre que possível em consenso, acaba por contrariar os princípios democráticos de abertura, igualdade, transparência e livre participação inscritos nos textos fundacionais (CMI-PT, 2004 e 2004a). Nota-se, desta forma, uma distância entre a descentralização proclamada e um certo grau de centralização na aplicação da política editorial.

### **Conclusão: Do direito à informação ao direito à autogestão da comunicação**

A acusação constante de censura feita pelos utilizadores ao colectivo revela os limites de um modelo auto-proclamado de emancipatório que oferece apenas a capacidade de publicação, de transmitir informação<sup>34</sup>. Não se trata apenas do direito à palavra, mas do direito de essa palavra ser recebida nas mesmas condições em que foi enviada, sem ser controlada, reapropriada ou mesmo eliminada, de acordo com Baudrillard (1995 [1972]). É também neste sentido que entendemos Matteo Pasquinelli quando refere que no mediactivismo "o direito à informação está-se afirmando progressivamente como direito à autogestão da comunicação" (Pasquinelli, 2002). E é neste sentido que Arninson (2002) fala de edição aberta.

Apesar de alguns CMIs já terem começado a aplicar o sistema de edição aberta, consideramos que a sua adopção generalizada pela rede Indymedia e, em particular, pelo CMI-Portugal, poderá contribuir para fomentar a participação activa de um maior número de cidadãos comuns, de forma a ir mais além que a sua audiência actual de activistas e para que o lema "Não odeies os media! Sê os media" seja verdadeiramente implementado<sup>35</sup>. Na opinião de Graham Meikle, "a edição aberta poderá envolver não apenas um maior número de pessoas na criação de notícias informativas, mas envolvê-las através de novas formas, apelando a uma gama mais vasta de aptidões e capacidades do que a publicação aberta". Meikle conclui que este modelo poderá introduzir um novo ambiente mediático mais pluralista.

### **Bibliografia:**

---

<sup>34</sup> Mesmo que a remoção das mensagens seja justificada em comentário sempre que o autor assim o solicite.

<sup>35</sup> Alguns fóruns de discussão sobre tecnologia também já começaram a implementar esse modelo de edição aberta com bastante sucesso, reduzindo ainda mais os poderes editoriais dos seus responsáveis. É o caso do Digg ([www.digg.com](http://www.digg.com)) e do Kuro5hin ([www.kuro5hin.org](http://www.kuro5hin.org)), em que são os próprios utilizadores que decidem quais os artigos que surgem na primeira página e os que são escondidos.

- Arnison, Matthew (2001), "Open Publishing Is The Same as Free Software". Disponível em <http://www.cat.org.au/maffew/cat/openpub.html>.
- Arnison, Matthew (2002), "Open Editing: A Crucial Part of Open Publishing". Disponível em <http://www.cat.org.au/maffew/cat/openedit.html>.
- Baudrillard, Jean (1995 [1972]), *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa, Edições 70.
- Beckerman, Gal (2003), "Edging Away from Anarchy: Inside the Indymedia Collective, Passion vs Pragmatism", *Columbia Journalism Review*, volume 42, nº 3, Setembro-Outubro. Disponível *online* em <http://www.cjr.org/issues/2003/5/anarchy-beckerman.asp>.
- Cardon, Dominique e Granjon, Fabien (2003), "Les mobilisations informationelles dans le mouvement altermondialiste", Dezembro de 2003, Colóquio Les mobilisations altermondialistes, Groupe d'Études et de Recherches sur les Mutations du Militantisme, Association Française de Science Politique. Disponível em <http://www.afsp.msh-paris.fr/activite/groupe/germm/collgermm03txt/germm03cardon.pdf>.
- Certeau, Michel de (1990 [1980]), *L'invention du quotidien 1. Arts de Faire*, Paris, Gallimard.
- CMI-PT (2004), "Declaração de Intenções", 24 de Outubro. Disponível em <http://docs.indymedia.org/view/Local/CmiPtDeclaracaoDeIntencoes>.
- CMI-PT (2004a), "Política Editorial", 24 de Outubro. Disponível em <http://docs.indymedia.org/view/Local/CmiPtPoliticaEditorial>.
- Critical Art Ensemble (2001), *Digital Resistance: Explorations in Tactical Media*, Nova Iorque, Autonomedia. Disponível em <http://www.critical-art.net/books/digital/index.html>.
- Garcia, David e Lovink, Geert (1997), "The ABC of Tactical Media", 16 de Maio, *Nettime*. Disponível em <http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9705/msg00096.html>.
- Halleck, DeeDee (2002), "Una tormenta envolvente: el cyber-forum abierto Indymedia", em Pasquinelli, Matteo (ed.), *Mediactivismo: Estrategias y prácticas de la comunicación independiente*, Roma, DeriveApprodi. Disponível em [http://www.sindominio.net/afe/dos\\_mediactivismo/Mediact\\_cap2.pdf](http://www.sindominio.net/afe/dos_mediactivismo/Mediact_cap2.pdf).
- Halleck, DeeDee (2003), "Indymedia: Building an international activist internet network". Disponível em <http://www.wacc.org.uk/de/content/pdf/431>.
- Indymedia (2005), "Frequently Asked Questions ", revisão 1.20, 29 de Setembro. Disponível em <http://docs.indymedia.org/view/Global/FrequentlyAskedQuestionEn>.
- Kidd, Dorothy (2003), "The Independent Media Center: A new model". Disponível em <http://www.wacc.org.uk/de/content/pdf/430>.

- Kidd, Dorothy (2003a), "Indymedia.org: A New Communications Commons", em McCaughey, Marta e Ayers, Michael (eds.), *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice*, Londres, Routledge, págs. 47-69.
- Leyden, John (2004), "Feds seize Indymedia servers", *The Register*, 8 de Outubro. Disponível em [http://www.theregister.co.uk/2004/10/08/fbi\\_indymedia\\_raids](http://www.theregister.co.uk/2004/10/08/fbi_indymedia_raids).
- Lovink, Geert (2002), *Dark Fiber: Tracking Critical Internet Culture*, Cambridge – Massachusetts, MIT Press.
- Lovink, Geert e Schneider, Florian (2002), "A Virtual World is Possible. From Tactical Media to Digital Multitudes", Novembro, *Nettime*. Disponível em <http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-0211/msg00002.html>.
- Meikle, Graham (2002), *Future Active: Media Activism and The Internet*, Londres, Routledge.
- Meikle, Graham (2003), "Indymedia and The New Net News", *M/C: A Journal of Media and Culture*. Disponível em <http://journal.media-culture.org.au/0304/02-feature.php>.
- Pasquinelli, Matteo (ed.) (2002), *Mediactivismo: Estrategias y prácticas de la comunicación independiente*, Roma, DeriveApprodi. Disponível em [http://www.sindominio.net/afe/dos\\_mediactivismo](http://www.sindominio.net/afe/dos_mediactivismo).

QUADRO 1

Número de Editoriais publicados pelo colectivo do CMI-Portugal

	Nacionais		Internacionais		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Dezembro de 2005	11	45,8	13	54,2	24	100,0
Novembro de 2005	9	50,0	9	50,0	18	100,0
Outubro de 2005	9	50,0	9	50,0	18	100,0
Setembro de 2005	13	41,9	18	58,1	31	100,0
Agosto de 2005	11	50,0	11	50,0	22	100,0
Julho de 2005	12	42,9	16	57,1	28	100,0
Junho de 2005	6	35,3	11	64,7	17	100,0
Mai de 2005	11	61,1	7	38,9	18	100,0
Abril de 2005	13	65,0	7	35,0	20	100,0
Março de 2005	12	60,0	8	40,0	20	100,0
Fevereiro de 2005	10	38,5	16	61,5	26	100,0
Janeiro de 2005	11	57,9	8	42,1	19	100,0
Dezembro de 2004	11	44,0	14	56,0	25	100,0
Novembro de 2004	12	38,7	19	61,3	31	100,0
Outubro de 2004	16	42,1	22	57,9	38	100,0
Setembro de 2004	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Agosto de 2004	3	17,6	14	82,4	17	199,0
Julho de 2004	8	34,8	15	65,2	23	100,0
Junho de 2004	5	29,4	12	70,6	17	100,0
Mai de 2004	4	22,2	14	77,8	18	100,0
Abril de 2004	5	29,4	12	70,6	17	100,0
Março de 2004	5	38,5	8	61,5	13	100,0
Fevereiro de 2004	4	25,0	12	75,0	16	100,0
Janeiro de 2004	7	38,9	11	61,1	18	100,0
Dezembro de 2003	5	29,4	12	70,6	17	100,0
Novembro de 2003	6	37,5	10	62,5	16	100,0
Outubro de 2003	8	42,1	11	57,9	19	100,0
Setembro de 2003	2	7,7	24	92,3	26	100,0
TOTAL	229	40,0	343	60,0	572	100,0

